

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.069/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6.053/2024

BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 96.216.429/0001-90, com sede na Rua Cuba 8-50, Vila Santa Inês, Bauru/SP, CEP 17.054-280, vem, tempestiva e respeitosamente a ilustre presença, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso administrativo apresentado pela licitante **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**, nos seguintes termos:

DOS FATOS

A empresa recorrida foi a vencedora do certame com proposta final de R\$3.199.934,00, inconformada a empresa **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA** apresentou recurso administrativo com o objeto de buscar a inabilitação da empresa vencedora.

DAS INFUNDADAS RAZÕES RECURSAIS

O recurso apresentado pela empresa recorrente tem como suporte os seguintes argumentos:

- a) ilegalidade de apresentação de declaração após pedido de complementação;
- b) nulidade pela opção de modo de disputa aberto; e
- c) nulidade pelo uso de robô.

Da simples análise não devem prosperar, vejamos:

DA COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Não há qualquer vedação legal para a apresentação complementar de documentos.

O Edital em seu item 15.12 assim disciplina:

15.12 - **A apresentação de documentos complementares,**

substitutivos ou esclarecedores por meio de diligência será realizada no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente pelo sistema eletrônico, e findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação restará preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará em sua inabilitação ou desclassificação do certame.

Ou seja, há previsão expressa quanto a possibilidade de complementação de documentos.

Ademais, o item 15.15 é expreso quanto a possibilidade de sanar erros ou falhar em sede de habilitação, vejamos:

15.15 - Na análise dos documentos de habilitação, **a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica**, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

De igual forma disciplina o artigo 64, §1º da Lei nº 14.133/2021, vejamos:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

[...]

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Reiteramos a lição do professor Dallari, de que **licitação não é um concurso de destreza, mas ideário para o alcance de interesse público**, justa competição no sentido material e a busca de proposta mais vantajosa.

Sobre o tema destaca-se a reflexão jurisprudencial do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.211/2021, acerca de uma melhor prática:

“Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; **sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta**, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.”

Ademais, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Representação TCE-RJ nº 219.571-0/22, julgou procedente representação em face de inabilitação da empresa licitante, por entender que há autorização para a conduta idêntica a praticada no presente certame.

Diante de todo o exposto, o presente recurso deve ser julgado improcedente.

DA NULIDADE PELA OPÇÃO DE MODO DE DISPUTA ABERTO

Sem maiores delongas, tal descontentamento com a previsão do Edital não pode ser objeto de recurso administrativo e sim, deveria ter sido o edital IMPUGNADO.

A possibilidade de demonstrar eventual ilegalidade do modo de disputa está PRECLUSA.

Por amor ao debate, o item 11.1 é claro, vejamos:

11.1 - Será adotado para **o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, **será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados** nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.4 - **Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente**, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

A afirmação da empresa recorrente que aguardava o início da fase FECHADA não é crível, posto os lances estavam sendo prorrogados a cada 2 minutos, característica essa do modo de disputa ABERTO e eventual margem de redução deveria neste momento ser lançada no sistema.

A empresa recorrente além de demonstrar despreparo quer a qualquer custo buscar uma nulidade inexistente.

A opção pelo sistema de disputa ABERTO, **é uma decisão administrativa discricionária**, amparada pelo artigo 56 da Lei 14.133/2021.

A justificativa possível para essa escolha reside no fato de que essa modalidade unifica os benefícios da transparência, da ampla concorrência e da competitividade.

A estrutura do modo de disputa aberto proporciona vantagens significativas, promovendo uma concorrência saudável e transparente, permitindo que todos acompanhem as ofertas e façam lances ajustados, com maior engajamento dos participantes, estimulando uma competitividade equilibrada.

Além disso, o modo de disputa aberto garante um processo mais estruturado, permitindo que a Administração acompanhe cada etapa de forma organizada e clara, assim o certame é conduzido de forma justa e eficiente, maximizando os benefícios tanto para os licitantes quanto para a Administração Pública.

Em que pese ser escolha discricionária se revela uma excelente ferramenta para a minimização de custos para a Administração.

A afirmação que o pregoeiro no início da sessão indicou que o sistema seria aberto e fechado, patente trata-se de erro material e disciplina pelo Edital em seu item 27.10, vejamos:

27.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Diante de todo o exposto, o presente recurso deve ser julgado improcedente.

DO ALEGAÇÃO DE USO DE ROBÔ

Sem maiores delongas, a empresa recorrida em nenhum momento apresentou lances em intervalo inferior a 1seg conforme narrado na peça recursal e não fez o uso de qualquer automatização de seus lances.

Ademais, em que pese a empresa recorrida não ter utilizado qualquer automatização, tal conduta é inclusive prevista na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, diz seu artigo 19, vejamos:

Art. 19. Quando do cadastramento da proposta, na forma estabelecida no art. 18, o licitante **poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo** e obedecerá às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II - **os lances serão de envio automático pelo sistema**, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I.

Diante de todo o exposto, o presente recurso deve ser julgado improcedente.

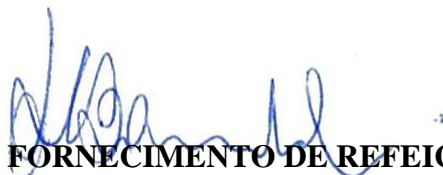
DOS PEDIDOS FINAIS

Diante de todo o exposto requer:

a) Seja recebida e acolhida as contrarrazões apresentadas, julgando IMPROCEDENTE o recurso apresentado.

Nestes termos e pede e aguarda deferimento.

Bauru/SP, 04 de julho de 2024.



BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA

CNPJ nº 96.216.429/0001-90